



Fórum Empresarial de Inovação e Desenvolvimento do Acre

Estudo ECONÔMICO

Inflação de Junho e Painel de Indicadores

FÓRUM
EMPRESARIAL
de Inovação e Desenvolvimento





ESTUDO ECONÔMICO



FÓRUM
EMPRESARIAL
de Inovação e Desenvolvimento



MINHA CASA, MINHA VIDA: IMPACTOS SOBRE A ECONOMIA ACREANA

Dr. Rubicleis G. Silva



REVISITANDO A PRIMEIRA AVALIAÇÃO NO ACRE

Em Fórum (2023) são apresentados os impactos econômicos produzidos pelo Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) sobre: a. a quantidade de empregos diretos e indiretos gerados; e b. a expansão dos investimentos na construção civil e consequências para o rendimento do trabalho.

Os resultados indicaram que ao longo do programa devem ser gerados, aproximadamente, 6.583 postos de trabalhos, sendo que, destes, 3.989 serão gerados pelo Governo do Estado do Acre (Geac). Nos municípios de Rio Branco e Xapuri, 2.348 postos gerados pela PMRB e 246 pela PMCZS.

O trabalho estimou que 60,60%¹ desses novos postos de trabalhos serão oriundos da execução estadual. A PMRB em média, gerará 35,67% dos postos de trabalhos e a PMCRZ 3,74%, conforme indica a tabela 01.

Tabela 01. Impactos diretos e indiretos sobre os postos de trabalhos previstos pelo PMCMV no Acre em 2024/2025.

Unidade Geradora	Emprego				Total	%
	Direto	%	Indireto	%		
PMRB	1.026	35,69	1.322	35,65	2.348	35,67
PMCZS	108	3,76	138	3,72	246	3,74
Xapuri	116	4,03	148	3,99	247	3,75
Estado	1.625	56,52	2.100	56,63	3.742	56,84
Total	2.875	100,00	3.708	100,00	6.583	100,00

Fonte: Silva (2024).

Com relação aos impactos do PMCMV sobre a massa de rendimentos gerados pela execução do programa, Silva (2024) salienta que ao final de 12 meses estima-se que a economia do Estado do Acre sofra um impacto de aproximadamente R\$211 milhões, conforme mostra a tabela 02.

[1] Agrupando os municípios de Rio Branco e Xapuri.

Em média, os trabalhadores com semiquificação (SQ) irão se apropriar de 75,41% dessa massa de rendimento, o que equivale a aproximadamente R\$159 milhões. Por sua vez, os trabalhadores com alta qualificação (AQ) se apropriarão de 18,80%, equivalente a aproximadamente R\$ 40 milhões.

Tabela 02. Impactos sobre a massa de rendimentos dos postos de trabalhos diretos e indiretos previstos pelo PMCMV no Acre em 12 meses, por nível de qualificação profissional.

Qualificação ²	Postos de trabalho				Total	%
	Indiretos	%	Diretos	%		
BQ	6.891.000	5,79	5.355.700	5,80	12.246.700	5,80
SQ	89.752.801	75,43	69.562.058	75,38	159.314.859	75,41
AQ	22.347.156	18,78	17.368.256	18,82	39.715.412	18,80
Total	118.990.957	100,00	92.286.013	100,00	211.276.971	100,00

Fonte: Silva (2024).

A primeira avaliação realizada sobre rendimentos e postos de trabalho indica o substancial impacto positivo do PMCMV sobre a economia acreana. Contudo, é necessário estimar os impactos do programa sobre:

- Arrecadação tributária
- Encargos
- Lucros.

Inicialmente essas estimativas são realizadas para o programa contratado. Posteriormente, o trabalho identificará os benefícios de uma política habitacional com duração de 10 anos, que reduza o déficit habitacional.

[2] Níveis: baixa qualificação (BQ), semiquificação (SQ) e alta qualificação (AQ).

Para realização das estimativas citadas, utilizou-se como base de dados a matriz insumo-produto (MIP) do Estado do Acre, calculada por Guilhoto (2010), bem como estimou-se o impacto sofrido pelos investimentos na construção civil e sobre a demanda final de 25 setores³ da economia.

Conforme destacado por Tamietti (2024), em 2022 o déficit habitacional brasileiro foi de 6.215.313 domicílios, representando 8,3% do total de habitações ocupadas no país. Os estados de São Paulo e Minas Gerais destacam-se em termos absolutos, pois concentram as maiores populações. Esses estados apresentam déficits de 1,2 milhão e 556 mil moradias, respectivamente. Em contrapartida, os menores valores absolutos estão na Região Norte, nos estados do Acre (28,7 mil) e Roraima (30,9 mil).

O Acre apresentou um déficit habitacional em 2022 de 28.700 unidades habitacionais, o que representa 0,47% do déficit nacional. Houve um aumento de 0,07 pontos percentuais em relação a 2019.

A partir dessa informação serão construídos quatro cenários considerando um período de dez anos, que são: redução do déficit habitacional em 10%, 25%, 50% e 75%.

A tabela 03 indica a quantidade de unidades habitacionais totais a serem construídas anualmente, no período de dez anos em função do déficit habitacional simulado.

[3] 01 - Agricultura, silvicultura, exploração florestal; 02 - Pecuária e pesca; 03 - Mineração; 04 - Alimentos, bebidas e fumo; 05 - Têxtil, vestuário e calçados; 06 - Madeira, papel e impressão; 07 - Refino de petróleo, coque e álcool; 08 - Outros produtos químicos e farmacêuticos; 09 - Artigos de borracha e plástico; 10 - Cimento e outros produtos de minerais não-metálicos; 11 - Metalurgia; 12 - Máquinas e equipamentos; 13 - Material elétrico e eletrônicos; 14 - Material de transporte; 15 - Indústrias diversas; 16 - Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana; 17 - Construção; 18 - Comércio; 19 - Transporte, armazenagem e correio; 20 - Serviços privados; 21 - Intermediação financeira e seguros; 22 - Serviços imobiliários e aluguel; 23 - Serviços de alojamento e alimentação; 24 - Educação mercantil e pública; 25 - Saúde mercantil e pública; 26 - Administração pública e seguridade social.

Tabela 03. Cenários utilizados para simular os impactos econômicos de uma política habitacional no período de dez anos no estado do Acre.

Cenários	Redução % do Déficit Habitacional	Redução Absoluta	Unidades Habitacionais construídas anualmente
1	10	2.870	287
2	25	7.175	718
3	50	14.350	1.453
4	75	21.525	2.153

Fonte: Estimativas do autor.

Com base nos cenários construídos, utilizou-se a hipótese de que os coeficientes técnicos são lineares e de que as empresas são tributadas pelo lucro real.

Por fim, a partir da variação de demanda final setorial, utilizando o multiplicador dos tributos, identificou-se o aumento da arrecadação tributária, ocorrido em decorrência da expansão do investimento do PMCMV.

IMPACTOS ALÉM DO MERCADO DE TRABALHO

A figura 01 indica que a maior expansão ocasionada pelo PMCMV sobre a **arrecadação fiscal do Acre ao longo da execução do programa advém da construção civil**, pois esta irá recolher adicionalmente, aproximadamente, R\$63,60 milhões; o comércio, R\$3,67 milhões; cimento e outros produtos não metálicos, R\$2,63 milhões; e os demais setores da economia, R\$4,78 milhões.

Estima-se que o impacto sobre a arrecadação seja de aproximadamente R\$74,68 milhões. **Destaca-se que o setor da construção civil é responsável por 85,17% da arrecadação.** Enquanto os setores correlatos, comércio e cimentos e outras estruturas não metálicas representam 4,91% e 3,52% da arrecadação. Os demais 23 setores da economia arrecadarão adicionalmente 6,40%, em função do PMCMV.

Figura 01. Impactos absolutos em milhões de R\$ e relativos do PMCMV sobre arrecadação tributária por setores da economia acreana.



A tabela 04 mostra a repercussão do PMCMV sobre tributos, encargos sociais, massa salarial e lucro das empresas de construção civil. **O valor estimado dos benefícios ocasionados pelo programa é de aproximadamente R\$397 milhões.**

A massa salarial é o benefício com maior representatividade, pois representa 53,16%. Por sua vez, encargos sociais e tributos (estadual, municipal e federal) contribuem conjuntamente com 38,99%. A menor parcela dos benefícios, o lucro, representa apenas 7,85% dos benefícios totais.

Tabela 04. Repartição dos benefícios oriundos da expansão no investimento na construção civil através do PMCMV no Estado do Acre.

Benefícios	R\$	%
Tributos	74.680.993	18,79
Encargos	80.285.248	20,20
Massa Salarial	211.276.971	53,16
Lucro	31.200.000	7,85
Total	397.443.213	100,00

Fonte: Estimativas do autor.

No que concerne aos benefícios por municípios beneficiados pelo programa, a tabela 05 mostra que **Rio Branco concentra a maior massa de benefícios, pois aproximadamente R\$364 milhões, que equivale a 91,78% dos benefícios, são oriundos da capital.**

Tabela 05. Repartição municipal dos benefícios oriundos da expansão no investimento na construção civil através do PMCMV no Estado do Acre.

Benefícios	Municípios			Total
	Rio Branco	Xapuri	Cruzeiro do Sul	
Tributos	68.539.465	3.070.765	3.070.765	74.680.994
Encargos	73.682.844	3.301.203	3.301.203	80.285.249
Massa Salarial	193.902.220	8.687.375	8.687.375	211.276.971
Lucro	28.634.211	1.282.895	1.282.895	31.200.000
Total	364.758.739	16.342.237	16.342.237	397.443.213
%	91,78	4,11	4,11	100,00

Fonte: Estimativas do autor.

Nessa primeira avaliação é possível identificar que para cada R\$100,00 aplicados no PMCMV, existe um retorno de R\$102,00, ou seja, o programa apresenta retornos econômicos. Contudo, faz-se necessário realizar uma análise mais profunda, que aponte quais os impactos de uma política habitacional ao longo de dez anos.

EM DEZ ANOS, COMO FICAMOS?

A análise anterior é um bom indicador de impactos da política. Contudo, não possibilita uma investigação mais profunda dos efeitos de uma política pública habitacional, pois uma ação governamental desta envergadura tem status de uma política de Estado e vários governos devem abraçá-la. Nesse diapasão, a figura 02 nos mostra os **impactos de uma política habitacional no período de dez anos com redução do déficit habitacional de 10%, 25%, 50% e 75%**.

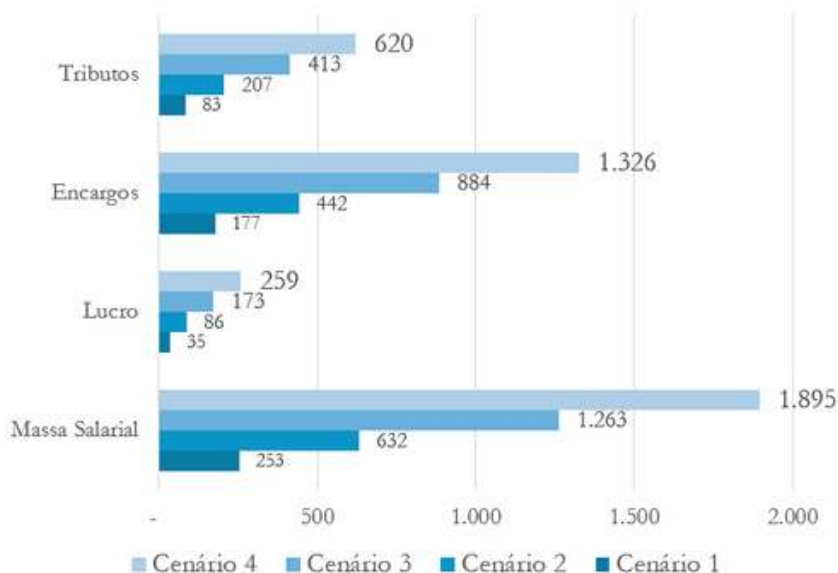
Os resultados com melhores performances são os do cenário 4, em que o déficit habitacional reduz em 75%. Todavia, não se acredita que seja um cenário factível. Em função disso, cabe analisar o cenário 3, em que o déficit habitacional é reduzido pela metade, ensejando a construção de 1.435 unidades habitacionais anualmente.

A massa de rendimentos gerada destaca-se positivamente, pois tende a alcançar aproximadamente R\$1,26 bilhões de reais. Os encargos vinculados a essa massa salarial serão da ordem de R\$884 milhões de reais, os tributos de R\$413 milhões de reais e, por fim, o lucro das empresas deve alcançar aproximadamente R\$173 milhões de reais.

No período analisado, os benefícios de uma política habitacional que reduza o déficit em 50% tendem a gerar benefícios a trabalhadores, empresários e aos governos, algo em torno de R\$2,73 bilhões de reais.

O raciocínio da construção dos cenários é simples e a implantação de uma política habitacional perene traz ganhos a todos os agentes econômicos, pelo motivo da geração de emprego, renda, lucros e arrecadação fiscal.

Figura 02. Cenários e impactos estimados de uma política habitacional no estado do Acre no período de 10 anos em milhões de reais.

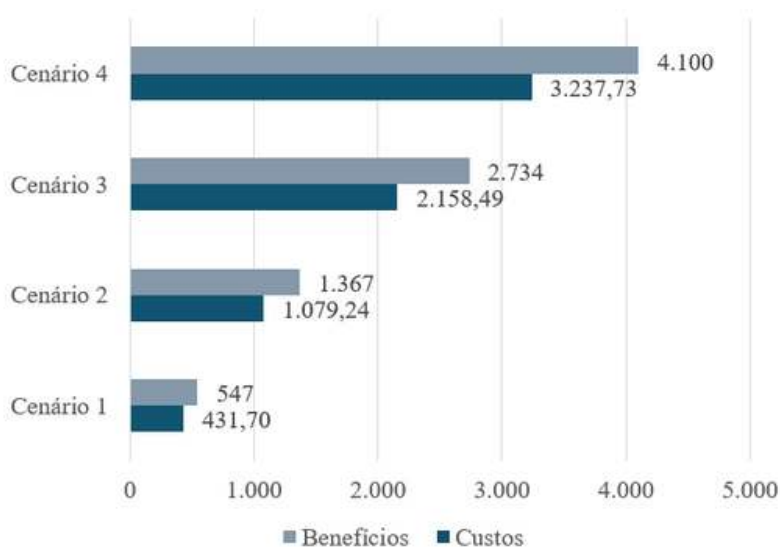


Fonte: Estimativas do autor.

A figura 03 mostra os custos e benefícios estimados para os cenários construídos. Conforme destacado anteriormente, o cenário 3 apresenta uma estimativa de benefícios na casa de R\$ 2,73 bilhões de reais e um custo total de R\$2,16 bilhões de reais. **Destaca-se que a cada R\$100,00 investido na política habitacional, a sociedade recebe CO retorno R\$127,00.** Além disso, é necessário destacar que em conjunto com a política de habitação será necessário a criação de infraestrutura, indicando que os benefícios e os impactos correlatos possuirão maiores magnitudes.

Uma política tímida, com objetivo de reduzir o déficit habitacional em 25%, com a construção e 718 unidades habitacionais ao ano, traria um impacto na economia de R\$1,36 bilhões de reais.

Figura 03. Cenários e benefícios/custos de uma política habitacional no estado do Acre no período de 10 anos em milhões de reais.



Fonte: Estimativas do autor.

ALÉM DA POLÍTICA HABITACIONAL: SEUS IMPACTOS SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA E REDUÇÃO DE POBREZA

O trabalho de Silva et al. (2023) destacou que a presença de carteira assinada reduz a probabilidade de reentrada⁴ no sistema penitenciário acreano em aproximadamente 10 pontos percentuais. Por sua vez, a realização de cursos profissionalizantes reduz a probabilidade de reentrada em aproximadamente 8,50 pontos percentuais.

Tem-se aqui uma ótima oportunidade para se utilizar uma política habitacional como indutora da melhoria de indicadores de segurança. Desse modo, parte da mão de obra utilizada na construção civil poderia ser oriunda de egressos do sistema penitenciário e com formação profissionalizante na construção civil.

Além disso, é preciso destacar que o Acre se encontra entre os estados que apresentam os piores índices de violência, pobreza e concentração de renda. Tendo isso em vista, a realização de uma política habitacional em todos os municípios, utilizando como prioridade a absorção da mão de obra local, é uma forma eficaz de combate à violência, pobreza e concentração de renda.

[4] No trabalho de Silva et al. (2023), entende-se por reentrada a quantidade de vezes que um indivíduo adentrou o sistema penitenciário.

O QUE PODEMOS PENSAR PARA ELABORAR UMA POLÍTICA HABITACIONAL PERENE?

A política habitacional, do modo como foi apresentada ao longo desse breve relatório, apresenta impactos substanciais sobre a economia. Nesse sentido, sugere-se aos tomadores de decisão as seguintes recomendações:

a.construção de uma política habitacional institucional compreendendo que ela é uma política de Estado e vários governos devem conduzi-la, objetivando reduzir o déficit habitacional em pelo menos 50%;

b.formação de um comitê estadual de política habitacional composto pelo Estado, prefeituras, agências bancárias (aptas a financiarem unidades habitacionais), entidades ligadas à construção civil e o governo federal, objetivando desenhar a política;

c.definição do alcance do programa, definindo municípios e público elegível;

d.criação de critérios para melhorar indicadores socioeconômicos dos municípios, com ênfase para emprego e renda vinculados à política habitacional;

e.definição de políticas afirmativas que contemplem trabalhadores oriundos do sistema penitenciário e com formação profissionalizante na área da construção civil, vinculados à política habitacional;

f.contratação de mão de obra local com formação profissionalizante na área da construção civil, vinculados à política habitacional;

g.atrelamento de políticas de investimento habitacional a políticas de saneamento básico e demais infraestrutura, com ênfase nos municípios com maiores vulnerabilidades em indicadores de infraestrutura básica (água e esgoto).

h.avaliação da política com ênfase: a. geração de empregos direto e indiretos nos municípios atendidos, b. impactos sobre os rendimentos do trabalho, lucros, impostos e encargos.

A elaboração de uma política pública habitacional perene estadual, em consonância com os municípios e a união em um horizonte temporal de pelo menos 10 anos, em muito contribuirá para alavancar o crescimento econômico estadual.

Uma política habitacional possui grande poder de disseminação nos setores da economia. Logo, gera bases concretas para criação de emprego, renda, aumento da arrecadação tributária, crescimento econômico e reduz desigualdades regionais.

REFERÊNCIAS

FÓRUM EMPRESARIAL DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO.

Boletim de Conjuntura Econômica: Parte 02. 1. ed. Rio Branco: Fórum Empresarial de Inovação e Desenvolvimento, 2023. v. 2. 19p. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://forumdoacre.org.br/wp-content/uploads/2023/07/boletim-1-2a-parte.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

GUILHOTO, J. J. M.; AZZONI, C. R.; ICHIHARA, S. M; KADOTA, D. K.; HADDAD, E. A. **Matriz de Insumo-Produto do Nordeste e Estados: metodologia e resultados.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010. 289p.

SILVA, R. G. Minha casa, minha vida: impactos sobre postos de trabalhos e massa de rendimentos na economia acreana.

Boletim de Conjuntura Econômica, Rio Branco, Fórum Empresarial de Inovação e Desenvolvimento, 2024. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://forumdoacre.org.br/wp-content/uploads/2024/05/10o-Boletim-Economico-3a-parte.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SILVA, R. G.; BRANDT, M. P. R.; ALVES NETO, F. R. Crime e castigo: determinantes da reentrada prisional em Rio Branco-Acre, Amazônia, Brasil. **Geosul**, Florianópolis, v. 38, n. 85, p. 276-296, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/72436/52878>>. Acesso em: 7 jul. 2024.

TAMIETTI, G. **SP e MG têm o maior déficit habitacional no Brasil.** Disponível em: <<https://fjp.mg.gov.br/sp-e-mg-tem-o-maior-deficit-habitacional-no-brasil/>>. Acesso em: 6 jul. 2024.